



Tese nº 01

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: Conjuntura complexa e instável exige mobilização permanente

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

Qualquer análise da conjuntura nacional precisa ser cautelosa e estar atribuída de uma certa provisoriedade. O cenário complexo do país assume condições muito mais difíceis de compreensão, devido à falta de unidade da direita e da esquerda brasileira em torno de suas agendas, para a criação de projetos comuns e à incapacidade do governo de dar respostas imediatas à instabilidade econômica e política instaurada.

No passado recente o crescimento econômico impulsionado pelo Estado, as taxas de emprego e a inclusão social de grandes parcelas da população pobre brasileira garantiram a aprovação dos governos Lula e Dilma (primeiro mandato). Desde o período pré-eleitoral até o atual momento, no entanto, houve uma mudança significativa nos rumos da economia nacional e, conseqüentemente, da popularidade do governo. Desde o início deste segundo mandato da presidenta Dilma, a opção por medidas ortodoxas na economia para contenção da inflação deflagrou um desaquecimento econômico que, por sua vez, provocou aumento do desemprego e ameaças às conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros.

A mídia hegemônica tratou de amplificar a instabilidade econômica, transformando-a numa grande crise. O objetivo, obviamente, não era o de colocar em questão o capitalismo (em nova crise estrutural desde 2008, com agravamentos sazonais em determinados países), mas o de dar dividendos políticos a determinados segmentos políticos nacionais. A mesma mídia hegemônica tratou de supervalorizar as críticas ao governo (da sociedade e da oposição), favorecendo os movimentos de pedido de afastamento da Presidenta e as posições que clamavam por golpe ou impeachment.



Se no período eleitoral e no primeiro semestre do ano esses meios de comunicação abandonaram qualquer pudor por ventura existente e assumiram explicitamente papel de partidos políticos, agora estão reformulando seu discurso e o tratamento dado ao governo. Ao que tudo indica, como representantes da elite financeira, os meios de comunicação abandonaram a tese do “impeachment” ou do golpe. Os acenos internacionais de que mesmo um “impeachment” traria repercussões negativas para os negócios e a falta de unidade da direita em torno de um projeto ou de um nome, certamente, foram decisivos para essa mudança. Mas se se mantiver as investidas dos partidos derrotados nas eleições de 2014, os jornalistas e suas entidades vão defender a democracia e as instituições democráticas.

A mudança no campo da política reflete os estragos provocados na economia. A propalada crise econômica criou uma crise de credibilidade e se voltou, como um bumerangue, contra o setor empresarial, inclusive o da comunicação. Desacostumado de empreender, sem práticas inovadoras de gestão, o setor empresarial mais uma vez passou a demitir seus empregados como única forma de gerir a crise.

No Jornalismo, as centenas de demissões ocorridas em 2015 são assustadoras e injustificáveis. Em vez de investir na inovação e na qualidade dos produtos jornalísticos (para atrair público e financiadores), as empresas estão demitindo massivamente e precarizando ainda mais as relações de trabalho já precarizadas. Quando as demissões não significam fechamento de postos de trabalho, implicam substituição de mão-de-obra com menor remuneração e, em muitos casos, sem a garantia de direitos trabalhistas, com contratações por meio das pessoas jurídicas (PJs) ou dos frilas fixos ou não.

Os jornalistas do incipiente sistema público de comunicação também estão penalizados, com a paralisação dos investimentos no sistema e a falta de políticas de valorização profissional. Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a falta de condições de trabalho chega a comprometer a qualidade da programação e até mesmo a manutenção de veículos tradicionais, como o Rádio Nacional.

O setor da comunicação, aliás, continua a ser negligenciado pelo governo que, a despeito do clamor da sociedade, recusa-se a propor um marco regulatório que dê conta da complexidade da área, ampliada com as novas tecnologias, e contemple os interesses



da sociedade brasileira. Não basta a regulação econômica da mídia, como chegou a admitir a presidenta Dilma. O marco regulatório das comunicações deve tratar da convergência tecnológica e do sobreamento que passou a existir entre radiodifusão, serviços de acesso condicionado (TV paga) e, em determinados casos, internet, assim como regulamentar a proibição de oligopólios e monopólios e rever as regras das concessões públicas para os serviços de radiodifusão.

Para que seja de fato democrático e democratizante, esse marco regulatório deve ser amplamente debatido com a sociedade brasileira. Para isso, não basta a realização de audiências públicas, como acenou a ministro das Comunicações. A melhor e mais abrangente forma de fazer este debate é a realização de uma nova Conferência Nacional de Comunicação, para sistematizar e atualizar o debate da 1ª Confecom, realizada em dezembro de 2009, em Brasília.

Propostas:

- 1) Garantir a democracia do país como um valor inegociável.
- 2) Lutar por uma Marco Regulatório que democratize o sistema de comunicação aplicando fundamentalmente o princípio consagrado no programa do FNDC de Controle Público.
- 3) Lutar pela Segunda Confecom para que se sistematize as proposta da primeira Confecom para elaborar este Marco Regulatório
- 4) Fortalecer o Sistema Público de Comunicação
- 5) Defender os jornalistas e o jornalismo denunciando as demissões em massa assim como enfrentando a precarização do trabalho dos jornalistas brasileiros

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.